

RETÓRICA, MEDO E CUMPLICIDADE

Luiz Carlos Bresser-Pereira

10.9.1989

Em agosto último a crise da dívida externa comemorou seu sétimo ano de vida oficial. Foi em agosto de 1982 que o México suspendeu o pagamento da sua dívida e a crise se desencadeou. Na verdade, o Brasil começou a sofrer os efeitos da crise no segundo semestre de 1980, quando foi obrigado a iniciar seu primeiro processo de ajustamento. Naquele momento, entretanto, já era tarde demais. A dívida já se tornara alta demais para ser paga. O ajustamento deveria ter começado em 1979. Temos, portanto, dez anos de crise da dívida externa.

São dez anos de estagnação econômica para praticamente todos os países devedores. Só o Chile, através de uma violência inaudita contra seus trabalhadores, foi capaz de realizar um ajustamento suficientemente forte para retomar o crescimento econômico com estabilidade de preços. Nos demais, inclusive no Brasil, não há crescimento da renda per capita.

A solução para a crise da dívida já é perfeitamente conhecida. É preciso reduzir radicalmente a dívida, através de um processo de securitização, ou seja, de troca dos atuais títulos da dívida por novos títulos com desconto no principal ou nos juros. O governo norte-americano já reconheceu oficialmente que esta é a solução, através do Plano Brady. Mas, como vimos no caso do México - o primeiro país em que o plano foi aplicado - seus resultados são muito magros devido ao caráter voluntário da securitização e às garantias insuficientes que as entidades multilaterais darão aos novos títulos.

Por que não se resolve esta crise? É tolice explicar a partir da atitude dos credores. É óbvio que sua motivação para resolver o problema é pequena. Os bancos credores estão preocupados com seus lucros, os governos dos países centrais, com seus orçamentos. Na verdade, a causa fundamental para tantos anos sem uma solução está nas elites dirigentes - empresariais, burocráticas e políticas - dos países devedores. Falta-lhes coragem e determinação para enfrentar o problema de frente e resolvê-lo. Continuam a contar com boa vontade dos credores, e, enquanto isso, fazem ou apóiam

acordos danosos ao interesse nacional, ao invés de tomarem as medidas unilaterais que precisam e podem ser tomadas para reduzir a dívida.

Na verdade, o que domina a ação de nossas elites em relação à crise da dívida externa é a retórica, o medo e a cumplicidade. A retórica tem duas vertentes: uma, populista, consiste em afirmar que "é preciso fazer uma auditoria da dívida"; a outra, subordinada ao interesse estrangeiro, afirma que "a dívida interna é mais grave do que a externa", ou que "a economia brasileira vai indo bem no plano informal e portanto podemos pagar a dívida". O medo é compartilhado por todos: "será que não virão retaliações?" A cumplicidade define particularmente amplos setores da elite empresarial: "afinal, apesar da dívida externa, estamos prosperando, estamos fazendo bons negócios com nossos parceiros internacionais, não vamos provocá-los".

Fazer uma auditoria da dívida é inútil. Não devemos pagar a metade da dívida não por que não devamos, mas porque não temos condições de pagar, a não ser que queiramos impor sacrifícios imensos ao povo. A crise fiscal está de fato se tornando mais grave do que a própria dívida externa, mas esta é uma parte integrante dessa mesma crise fiscal. As retaliações fazem parte muito mais da retórica do que da prática dos bancos credores. Nossa moratória de 1987 deixou isto claro.

O certo é que o Brasil continua a pagar a dívida externa porque quer, porque suas elites dirigentes, embora cada vez mais conscientes da inviabilidade de pagá-la, ficam esperando que os credores tomem a iniciativa de reduzi-la, quando são elas que têm o direito e a obrigação de tomar as medidas necessárias para alcançar a redução necessária.